

Formas de fazer parentesco no Quilombo Córrego das Emas, MT¹

Luciana Magalhães de França (Mestranda no PPGAS/UFMT)²

Resumo³:

A pesquisa em andamento pretende desenvolver um estudo etnográfico do parentesco com os quilombolas da comunidade Córrego das Emas, Município de Barra do Bugres, MT. Pensando com o trabalho de Carlos Guilherme do Valle (2015), Quilombolas de Acauã, as relações de parentesco serão consideradas não apenas pela consangüinidade, mas pela idéia de como a comunidade de Córrego das Emas, define o que é família, parentes (consangüíneos e afins). Há mais de 200 anos, a comunidade tem a prática entre os jovens de casamento pela “fuga”, isto é, uma fuga ensaiada. A fala “vamos fugir” ou “você aceita amigar comigo”, corresponde à fuga e à procura de abrigo em casas de parentes que moram longe do quilombo. O casal espera três ou quatro meses até os pais os localizarem para pedir autorização e voltar a morar na comunidade. Procuro destacar a partir da análise de Figueiredo (2011), que o “ser quilombola” não se define apenas pelo passado, mas por uma “presença ativa”, que se renova nas práticas cotidianas, nas formas de organização comunitária e nas reivindicações por reconhecimento do território.

Palavras-chave: Quilombo, Parentesco, Comunidade Córrego das Emas.

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

²Mestranda em Antropologia Social/UFMT e participante do projeto de bolsas do CNPQ.

³Trabalho desenvolvido sob orientação da Profª Drª Sonia Regina Lourenço

Introdução

A pesquisa em andamento propõe um estudo etnográfico das relações de parentesco com os quilombolas da comunidade Córrego das Emas, localizada no município de Barra do Bugres, Mato Grosso. O objetivo é compreender como seus moradores definem família, parentes consanguíneos e afins, bem como os vínculos que articulam pessoas, casas e território. Nessa perspectiva, o parentesco será analisado como princípio de organização social, capaz de revelar formas de convivência, cuidado, reciprocidade, autoridade e pertencimento.

Em diálogo com o trabalho de Carlos Guilherme do Valle (2015) sobre os Quilombolas de Acauã, a análise não se limita à consanguinidade, mas considera as formas pelas quais a própria comunidade nomeia, reconhece e organiza seus vínculos. Interessa compreender as relações de afinidade, compadrio e consideração, assim como as responsabilidades assumidas entre parentes. No Quilombo Córrego das Emas, essas relações podem ser observadas nas práticas sociais que aproximam famílias, estabelecem alianças e definem posições no interior da comunidade.

Entre as práticas narradas pelos moradores, destaca-se o casamento por “fuga”, compreendido como uma fuga previamente combinada entre os jovens. Expressões como “vamos fugir” ou “você aceita amigar comigo” indicam a decisão de constituir uma união. O casal procura abrigo na casa de parentes que vivem distante do quilombo e permanece afastado por cerca de três ou quatro meses, até que os pais o localizem, conversem sobre a união e autorizem seu retorno à comunidade. Segundo as narrativas locais, essa prática atravessa mais de duzentos anos e não representa somente uma escolha do casal, pois mobiliza as famílias envolvidas, estabelece relações de afinidade e participa da formação de novas casas.

A análise também se aproxima de Figueiredo (2011), para quem o “ser quilombola” não se define somente pela referência ao passado, mas por uma “presença ativa”, renovada nas práticas cotidianas, nas formas de organização comunitária e nas reivindicações pelo reconhecimento territorial. No Córrego das Emas, parentesco e território aparecem interligados, pois a história das famílias, os deslocamentos, as alianças e as formas de permanência participam da construção do pertencimento quilombola. O estudo das relações familiares permite apresentar

as famílias fundadoras e descrever a natureza dos vínculos mantidos entre as pessoas e com o território.

A escolha desse campo de pesquisa também se relaciona à minha trajetória como mulher negra e descendente de comunidade quilombola. Essa posição orienta meu interesse pela ancestralidade e pela memória do processo de expulsão de minha família das terras de ocupação histórica e uso tradicional. O relato de meu tio materno, conhecido como Miro, recorda as ameaças praticadas por fazendeiros interessados nas terras férteis da região para a monocultura e a agropecuária. Segundo sua narrativa, o gado era lançado sobre as plantações, as tulhas de arroz eram incendiadas, tiros de espingarda eram disparados contra as casas e ofensas racistas eram dirigidas aos moradores, chamados de “bando de pretos macumbeiros”. Diante dessas violências, a família deixou o território durante a madrugada para proteger as crianças e preservar a própria vida.

As narrativas sobre expulsão, resistência e permanência também exigem atenção às palavras utilizadas para nomear pessoas, territórios e modos de existência. Nesse sentido, Bispo dos Santos (2023, p. 36) afirma:

“A partir dos saberes ancestrais, traduzidos da oralidade para a escrita, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las.”

A reflexão do autor contribui para compreender que as formas de nomear não são neutras, pois expressam disputas de sentido, memórias e posições políticas. Na pesquisa, as categorias utilizadas pelos próprios quilombolas, como “de dentro”, “de fora”, parentes, compadres e afins, serão consideradas a partir dos sentidos que recebem nas relações sociais vividas na comunidade.

A etnografia pretende descrever as relações que delineiam a rede de quilombos da região de Barra do Bugres. Durante o trabalho de campo, tenho construído diálogos por meio de visitas às comunidades e da participação em reuniões, palestras, oficinas e atividades educativas e culturais. As relações entre os “de dentro” e os “de fora”, as formas de compadrio, as alianças, as trocas e as sociabilidades constituem questões centrais da investigação.

Parentesco, ancestralidade e práticas sociais no Quilombo Córrego das Emas-MT

O Quilombo Córrego das Emas-MT constitui um espaço marcado pela ancestralidade, pelas relações de parentesco e pelos vínculos construídos com o território. As práticas sociais, a convivência entre gerações e as memórias familiares revelam formas próprias de organização da vida comunitária e de manutenção do pertencimento quilombola. O Quilombo Córrego das Emas integra o território quilombola Tinga, localizado na região de Barra do Bugres-MT, em uma área marcada pela proximidade e pelas relações entre diferentes comunidades quilombolas.

Figura 1 – Representação do território Tinga e das comunidades quilombolas próximas, na região de Barra do Bugres-MT.



Fonte: AGRAR – IE, Madeira, a partir de esboço cedido pelo geógrafo Nestor Góes.

Nesse contexto, trazendo para o diálogo as contribuições do estudo de Carlos Guilherme do Valle (2013), proponho pensar a ideia de parentesco sem restringi-la à relação sanguínea em si ou à compreensão de que a “família” seria um núcleo doméstico. O parentesco pode ser analisado como um eixo organizador de valores sociais, econômicos e culturais, constituído nas relações entre pessoas, casas e gerações. No Quilombo Córrego das Emas, essa perspectiva permite compreender como a ancestralidade se vincula à territorialidade e às práticas sociais que mantêm

vivas as relações familiares e comunitárias em uma trajetória histórica de mais de duzentos anos.

Entre as práticas observadas, destaca-se o pedido de bênção entre netos e avós, filhos e mães ou pais, expresso em frases como “bença, vó”, “bença, pai” e “bença, mãe”. Esse gesto evidencia respeito às gerações mais velhas e reafirma posições de cuidado, autoridade e reconhecimento no interior da família. A ancestralidade, nesse caso, não se limita à memória dos antepassados, pois se manifesta nas formas de tratamento, nos gestos cotidianos e na transmissão de valores entre gerações.

Em conversa informal, Beth França, moradora do Quilombo Córrego das Emas, relatou que a Sexta-feira Santa é marcada pela reunião dos familiares. Os parentes que residem longe chegam acompanhados de filhos, filhas e cônjuges, levando colchões, redes, barracas e mantimentos para permanecer na comunidade. Desde as cinco horas da manhã, as famílias se reúnem no quilombo, fortalecendo os vínculos de pertencimento e convivência. Segundo Beth, filhos e filhas se ajoelham diante da mãe para pedir perdão por palavras ou atitudes que tenham causado sofrimento durante sua criação. A prática expressa reconciliação, respeito geracional e continuidade das relações de parentesco.

Expõe-se que Este pedido de perdão segue uma hierarquia, primeiro com o filho mais velho até o caçula, depois os netos e bisnetos. Em seguida, ritualizam o pedido de bênção-vó e “bença-mãe” para transmitir respeito aos costumes ancestrais e o respeito aos mais velhos. No Quilombo Córrego das Emas, alguns irmãos mais velhos estabeleciam entre si um acordo reservado e passavam a se tratar como “compadre” e “comadre”, mesmo antes do batismo de seus filhos. Essa forma de nomeação sugere que o compadrio não dependia somente da realização do rito religioso, pois também se constituía mediante os compromissos assumidos entre os envolvidos. Como discute Lourenço (2024), o parentesco constitui um sistema de relações sociais que envolve consanguinidade, afinidade, consideração e compadrio, articulado a direitos, deveres, trocas e formas de cuidado. Nesse sentido, a maneira como os irmãos se nomeavam conferia sentido à relação e expressava uma forma específica de reconhecer e organizar os vínculos familiares.

Casa, parentesco e territorialidade no Quilombo Córrego das Emas-MT

No Quilombo Córrego das Emas, a casa não se limita à sua estrutura arquitetônica, pois constitui um espaço de convivência, memória, ancestralidade e produção das relações de parentesco. Conforme os relatos obtidos na pesquisa, em algumas famílias, a residência da mulher mais velha ocupa uma posição de referência no terreno, enquanto as casas de filhos, netos e bisnetos são construídas nas proximidades. Essa disposição reúne diferentes gerações e favorece a circulação de pessoas, alimentos, cuidados e responsabilidades, revelando como a ocupação do espaço está relacionada à continuidade familiar e ao pertencimento territorial.

A organização das casas pode ser compreendida em diálogo com Augé (1978), que relaciona filiação, aliança matrimonial e residência na análise do parentesco. A filiação estabelece relações de descendência, enquanto o casamento aproxima famílias e participa da formação de novas unidades residenciais. No Córrego das Emas, as mulheres também atuam na educação, na saúde, nas festas de santo, nas roças e na comercialização dos produtos. Essa participação deve ser analisada a partir das falas das interlocutoras e das situações observadas durante a pesquisa, identificando como elas são reconhecidas por seus familiares e quais responsabilidades exercem na organização da casa e da vida comunitária.

Casa, convivência e relações de parentesco

No Quilombo Córrego das Emas, a casa ultrapassa a função de moradia, pois reúne memória, cuidado, convivência e responsabilidades compartilhadas. Segundo Lourenço (2024), a casa pode ser compreendida como um espaço social relacionado ao parentesco e à territorialidade. Nesse sentido, a proximidade entre as residências favorece a circulação de pessoas, saberes e práticas entre gerações, contribuindo para a continuidade familiar e para a construção do pertencimento quilombola.

A convivência entre crianças, adultos e idosos, somada à partilha das tarefas e às formas de ajuda mútua, revela que os vínculos familiares são produzidos no cotidiano. O parentesco, portanto, não se restringe à consanguinidade, pois também se constitui por meio do cuidado, da reciprocidade e das responsabilidades assumidas entre as pessoas. Assim, a casa organiza as relações familiares e participa da permanência das famílias no território.

A casa quilombola também se configura como um espaço privilegiado de preservação da memória coletiva e de transmissão entre gerações. É no interior da casa, e em seus arredores, que as experiências dos mais velhos são compartilhadas com os mais novos, seja por meio da oralidade, das práticas cotidianas ou da observação atenta dos modos de viver

Na Comunidade Quilombola Córrego das Emas, a articulação entre parentesco, casa e território revela-se como um elemento central para a permanência coletiva e o fortalecimento do grupo. A casa, enquanto espaço de convivência e produção de vínculos, não pode ser dissociada do território no qual está inserida. É a partir da casa que se constroem relações duradouras com a terra, estabelecendo-se uma forma de pertencimento que ultrapassa a dimensão individual e se afirma como experiência coletiva.

A produção do parentesco no Quilombo Córrego das Emas-MT: casamento e “fuga ensaiada”

Na comunidade Córrego das Emas, o “casamento acontece após a fuga ensaiada. Este assunto surgiu durante uma conversa informal com uma moradora antiga da comunidade, a Sra. Beth França conversou bastante comigo durante o Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas, na luta pela Agroecologia e Justiça Climática que aconteceu no Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá no mês de Julho de 2025, ela relatou que existe a prática de os jovens do quilombo “fugirem” e a se casarem através da famosa fala “vamos fugir” ou “você aceita amigar comigo”, fatos esses que acontecem de forma sigilosa, ou seja, “os jovens casais fogem do quilombo” para terem um romance, se casarem, “se amigar” e procuram abrigo em casas de parentes que moram longe da comunidade de onde houve a “fuga” por um longo período, mais de três ou quatro meses até os pais os localizarem e pedir para voltar a morar na comunidade.

No Quilombo Córrego das Emas, a “fuga ensaiada” costumava ser combinada durante as Festas de Santo ou nos muxiruns. Em Mato Grosso, o termo muxirum designa uma prática de trabalho coletivo, geralmente relacionada às atividades agrícolas, que também reúne alimentação, cantos, conversas e momentos de convivência. Esses encontros favoreciam a aproximação entre os jovens, marcada por trocas de olhares, sorrisos, sinais discretos e conversas mediadas por amigos

próximos. Nesses momentos, o casal combinava a data e definia o percurso que seguiria para deixar a comunidade.

Durante a pesquisa uma das entrevistadas Sr. Beth, relatou que durante o horário das rezas, um jovem enviava sinais ao seu par e ambos deixavam o local discretamente. Conforme sua narrativa, “o moço já deixava um cavalo atrelado em um local longe e iam escondidos pela mata, ou fugiam a pé mesmo, com a ajuda de alguém com uma charrete ou carro os pegavam a uma certa distância da comunidade”. Após a saída, o casal buscava abrigo na casa de uma tia ou de um tio, localizada na cidade ou em um sítio distante. Esses parentes conheciam o acordo, protegiam os jovens e participavam da realização da união, sendo descritos como “cúmplices desse enlace matrimonial”.

Sobre a “fuga” geralmente acontecia por vários fatores, os pais criavam as filhas e filhos de forma muito rígida e severa e “com as rédeas curtas”, nas lidas da roça. Quando a moça perdia a virgindade, falava-se por lá “fulana se perdeu”(disse a Sra. Beth). Daí um dos motivos pela “fuga”, fugiam por medo da reação e ira dos pais, pelos castigos e trabalhos impostos a quem desobedecia às ordens dos pais, ou “por ter se perdido”.

Desse modo, como leitora e pesquisadora, vejo neste estudo um convite a olhar o quilombo não apenas como um espaço físico, mas como um modo de existir politicamente. A força de Acauã está na capacidade de manter viva a memória dos que resistiram e de reinventar, nas relações cotidianas, novas formas de liberdade e pertencimento. Esse olhar me inspira a pensar a luta quilombola como uma continuidade histórica da resistência negra - uma resistência que se atualiza nas práticas, nos afetos e na própria sobrevivência coletiva

Referências

AUGÉ, Marc (org.). ***Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência***. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1975.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. ***A terra dá, a terra quer***. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FIGUEIREDO, André Videira de. **O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico**. Curitiba: Appris, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Direitos específicos: vazio legal e luta étnica**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1993.

HARTUNG, Miriam F. **Parentesco, casamento e terra em um grupo rural de negros em Santa Catarina**. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 105-130.

LOURENÇO, Sonia Regina. **Casa e territorialidades quilombolas**. In: LOPES, Moisés (org.). *Dez anos de PPGAS: histórias, experiências e pesquisas em antropologia a partir de Mato Grosso*. v. 2. Recife: Editora Seriguêla, 2024. p. 211-253.

LOURENÇO, Sonia Regina. **Encontros e comensalidade nos quilombos: o devir quilombo**. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 20, n. 51, p. 298-322, 2019.

STUCCHI, Deborah; FERREIRA, Rebeca Campos. **O quilombo de Nossa Senhora do Carmo e os paradoxos da adequação no processo de reconhecimento de direitos**. *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 91-119, 2014.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. **Quilombolas de Acauã: família, cor e política no Rio Grande do Norte do século XXI**. Natal: EDUFRN, 2013.